



CONTABILIDADE E SERVIÇOS, LDA

## ***CIRCULAR 01/2014***

### **ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014 – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES REFORMA DO IRC – LEI Nº 2/2014, DE 16 DE JANEIRO**

Lisboa, 21 de fevereiro de 2014

Estimados clientes:

Como é do conhecimento geral, o Orçamento do Estado para 2014 foi publicado no último dia do ano transacto através da Lei nº 83-C/2013. Este é um documento fundamental que rege a nossa vida durante este ano (e anos vindouros) mas, ao contrário dos anos anteriores, graças à anunciada “reforma” do IRC, as alterações neste capítulo saíram num documento, à posteriori, nomeadamente a Lei nº 2/2014, que apenas foi publicada em meados do mês de janeiro, com efeitos retroactivos a 1/1.

Como vem sendo habitual há já alguns anos, a Saturno esforça-se para elaborar um documento que sirva para os seus clientes ficarem dotados do conhecimento das principais alterações na legislação fiscal. É nesse sentido que preparámos este trabalho que esperamos que seja útil; para isso, os nossos clientes terão de fazer a sua parte, ou seja, a sua leitura atenta, de modo a colocar as questões com vista a desvanecer as eventuais dúvidas existentes.

Por muito ocupado que possa estar (nós também estamos mas não deixamos de dedicar algumas - muitas - horas neste trabalho), é fundamental dar a devida importância a esta circular, bem como todas as outras que elaboramos.

Mas, vamos ao que interessa.

#### IRS

##### *- Artº 2º: Rendimentos da categoria A*

As importâncias suportadas pelas entidades patronais com seguros de saúde ou doença, em benefício dos trabalhadores ou seus familiares, deixam de constituir rendimento tributável, desde que a atribuição tenha um carácter geral.

##### *- Artº 22º: Englobamento*

Quando o sujeito passivo exerça a opção pelo englobamento de algum rendimento é obrigado a englobar todos os rendimentos previstos por essa opção (exº se quiser englobar os rendimentos prediais tem de englobar também os de capitais, com a perda do sigilo bancário).

##### *- Artº 28º: Formas de determinação dos rendimentos empresariais e profissionais*

O limite para ficar abrangido pelo regime simplificado passa dos 150.000€ de rendimentos para os 200.000€.

##### *- Artº 31º: Regime simplificado*

Foram alterados os coeficientes para aplicação aos rendimentos no âmbito deste regime; destacamos a redução do coeficiente 0,20 para 0,15 nas actividades de vendas de mercadorias e produtos e no sector da restauração/hotelaria e o coeficiente 0,75 desdobrou-se em vários, desde 0,10 a 0,95.

- *Artº 73º: Taxas de tributação autónoma*

Deixa de haver indexação aos níveis de CO2, sendo agora a tributação fixada em 10% para as viaturas ligeiras de passageiros cujo custo de aquisição seja inferior a 20.000€ e 20% para custo igual ou superior àquele valor. As despesas de representação mantém a taxa de 10%. Ao contrário do IRC, aqui só contam os encargos dedutíveis e não os suportados.

- *Artº 78º: Deduções à colecta*

As despesas de saúde, educação e outras apenas são aceites quando contenham o NIF (Nota: a Saturno há muito que vem alertando para esta situação).

### SOBRETAXA EXTRAORDINÁRIA

- *Artº 176º OE*

Mantém-se a sobretaxa de 3,5%, nos mesmos moldes que em 2013.

### CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

- *Artº 52º: Declaração anual*

Passa também a ter de se incluir no anexo Q da IES o valor tributável das operações isentas. É muito importante esta alteração pois abrange os suprimentos dos sócios (NOTA: há muito que se exige que os suprimentos dos sócios entrem na empresa sob a forma de transferência ou cheque, nunca em dinheiro, pelo que alertamos que as entregas para reforço de caixa em numerário, são normalmente consideradas vendas não facturadas, com as consequências fiscais e penais daí recorrentes).

### ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

- *DLRR: Dedução por lucros retidos e reinvestidos*

Foi criado um benefício para pequenas e médias empresas que consiste em deduzir à colecta de IRC até 10% dos lucros retidos que sejam reinvestidos em activos elegíveis, no prazo de dois anos a partir do final do exercício a que correspondem os lucros retidos. Naturalmente, existe o limite de 25% da colecta de IRC. Os lucros retidos em 2014 poderão ser aproveitados no próprio exercício, ou seja, poder-se-á beneficiar da dedução à colecta em 2014, 2015 e 2016.

### IVA

- *Artº 78º-B: Procedimentos de dedução*

Nos casos de regularização de IVA relativo a créditos incobráveis, é estabelecido a obrigatoriedade de comunicação ao adquirente (se for sujeito passivo) da anulação do imposto, para este retificar a dedução inicialmente efetuada.

- *Alteração à Lista I (taxa reduzida)*

Passa a aplicar-se a taxa reduzida do IVA à fruta desidratada.

### REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO

No caso de saída de bens a incorporar em serviços prestados, o documento próprio a emitir (folha de obra ou outro documento equivalente) passa a ter de ser processado como qualquer outro documento de transporte, nomeadamente programa informático ou por tipografia autorizada. Significa que deixa de ser possível utilizar as folhas de obra (ou outro documento com a mesma função) sem que tenha os formalismos conhecidos.

Os documentos de transporte passam a poder ser processados, para além do remetente, por terceiros em seu nome e por sua conta, desde que haja acordo prévio (exº transportadoras). Também podem ser processados por outros sujeitos passivos quando os bens em circulação sejam objecto de prestação de serviços por eles efectuada.

### CÓDIGO CONTRIBUTIVO (DA SEGURANÇA SOCIAL)

#### *- Artº 23–A:Caixa Postal Electrónica (CPE)*

Passam a ser obrigados a possuir a CPE as entidades empregadoras e as entidades contratantes.

#### *- Artº 164º - Escolha da base de incidência contributiva*

Depois de notificado do escalão que lhe for aplicável, o trabalhador independente pode requerer, no prazo que for fixado na respectiva notificação, que seja aplicado um escalão entre os dois imediatamente inferiores ou superiores. Em fevereiro e junho de cada ano o trabalhador independente pode pedir a alteração do escalão de base contributiva.

### IRC (REFORMA)

#### *- Criação do novo regime simplificado*

Os sujeitos passivos podem optar por este regime se não tiverem um montante de rendimentos superior a 200.000€, entre outras condições a cumprir. A matéria colectável deste regime apura-se pela aplicação de diversos coeficientes aos vários tipos de rendimentos, o que significa que, à semelhança de outros regimes simplificados, não existe prejuízo, o que origina sempre valor de irc a pagar (algumas dúvidas quanto ao montante mínimo mas deverá rondar os 900€ ou 1.000€).

Quanto a tributações autónomas, algumas estão dispensadas mas talvez a mais importante é de aplicação (a que incide sobre as viaturas ligeiras de passageiros). Quanto aos PEC, as empresas estão dispensadas mas todos os que foram pagos no passado, deixam de poder ser abatidos, pelo que ficam irremediavelmente perdidos.

#### *- Regime de Transparência Fiscal*

É alterado o conceito de sociedade de profissionais, quando a sociedade tem rendimentos em mais de 75% do exercício de actividades profissionais (exemplos: médicos, contabilistas, advogados,...) e “em qualquer dia do período de tributação” o número de sócios não seja superior a cinco e pelo menos 75% do capital social seja detido por profissionais que exerçam as referidas actividades, através dessa sociedade.

#### *- Pagamento Especial por Conta*

Ao contrário do que estava previsto inicialmente (NOTA: de forma a obrigar as sociedades a adoptar o novo regime simplificado), não se verificou nenhum aumento do limite mínimo. O período de dedução dos PEC passa para o sexto exercício seguinte e, o mais importante, volta a estar prevista a possibilidade de solicitar o seu reembolso, sem depender do pedido de realização de inspecção por parte das finanças. Esta nova possibilidade de reembolso aplica-se apenas aos PEC de 2014 e seguintes.

*- Taxas de tributação autónoma*

As taxas de tributação autónoma sobre as viaturas ligeiras de passageiros deixam de estar indexadas ao valor de aquisição fiscalmente aceite. A data de aquisição dessas viaturas deixam de influenciar as novas taxas. Assim temos as seguintes taxas:

- 10% para veículos com valor de aquisição inferior a 25.000€
- 27,5% para veículos entre os 25.000€ e inferior a 35.000€
- 35% para veículos de valor igual ou superior a 35.000€

As restantes taxas mantêm-se, assim como o agravamento de 10 pontos percentuais no caso da empresa apresentar prejuízo fiscal.

*- Regime fiscal de dedução de prejuízos*

O prazo de reporte de prejuízos fiscais é aumentado de 5 para 12 anos.

Contudo, a limitação dessa dedução baixa de 75% para 70%.

A limitação da dedução dos prejuízos fiscais continua a aplicar-se caso haja alteração de mais de 50% do capital social mas desaparece a que excluía a modificação do objecto social ou a alteração da actividade exercida.

*- Taxas de IRC*

A taxa de IRC passa para 23%. Para as pequenas e médias empresas a taxa aplicável para os primeiros 15.000€ é de 17% (não sabemos se as micro empresas estão abrangidas?!).

Conclui-se a apresentação do Orçamento de Estado para 2014, bem como as principais mudanças ao nível do IRC.

Esperamos que, com este trabalho, V.Exas. fiquem devidamente informados do panorama fiscal português.

Obrigado pela atenção dispensada nesta leitura e, como habitual, estamos presentes para responder a dúvidas que tenha.

Bons negócios!

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira